

O processo e a Ação/Direito.

Autor(es)

Felipe Rossi De Andrade

Letícia Lima Tosta

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UCB - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA

Introdução

A obra "O Processo", de Franz Kafka, narra a história de Josef K., um bancário acusado de um crime desconhecido e submetido a um sistema judicial opaco e arbitrário. A narrativa evidencia o descumprimento de princípios fundamentais do direito, como a publicidade dos atos, o contraditório e a ampla defesa, todos elementos centrais do devido processo legal. Na Teoria do Direito, o conceito de Ação corresponde ao instrumento pelo qual o indivíduo busca efetivar seus direitos perante o ordenamento jurídico. A obra kafkiana, ao mostrar a frustração de Josef K. em exercer sua ação, permite refletir sobre a distância que pode existir entre o direito formal presente na lei e sua aplicação concreta. Esta proposta acadêmica visa estabelecer uma correlação literária entre o conteúdo estudado em sala, especificamente sobre Ação e Direito, e a obra de Kafka, demonstrando como a literatura pode ilustrar criticamente falhas do sistema jurídico, estimulando análise sobre efetividade e proteção de direitos.

Objetivo

Relacionar o tema da Ação e Direito, estudado na Teoria do Direito, com "O Processo" de Kafka, evidenciando a ausência de garantias jurídicas e a importância do devido processo legal na efetividade da ação do sujeito.

Material e Métodos

O estudo utiliza o método de revisão bibliográfica, contemplando análise da obra literária de Franz Kafka e textos jurídicos sobre Ação, Direito e Devido Processo Legal. Foram consultadas fontes acadêmicas, livros e artigos que abordam a teoria geral do direito e a proteção de garantias processuais. A obra foi examinada em trechos centrais que demonstram a impossibilidade de Josef K. exercer sua ação de forma efetiva. Em paralelo, textos doutrinários fornecem embasamento teórico, permitindo comparar o direito formal com sua efetividade prática. A abordagem permite a construção de uma análise crítica, integrando literatura e teoria jurídica, destacando como Kafka exemplifica, de forma simbólica, a frustração do exercício do direito quando as garantias processuais são violadas.

Resultados e Discussão

A análise revelou que "O Processo" exemplifica de maneira intensa a vulnerabilidade do indivíduo diante de um sistema jurídico opaco. Josef K. tenta exercer sua ação, buscando advogados, questionando autoridades e



28º Encontro de Atividades Científicas

03 a 07 de novembro de 2025

Evento Online

tentando compreender o processo, mas encontra

barreiras que impedem a efetividade de seu direito. Isso evidencia a diferença entre direito formal e direito efetivo, tema central na Teoria do Direito. A obra mostra um tribunal sem publicidade, sem clareza sobre as normas e com decisões arbitrárias, violando princípios constitucionais essenciais, como o contraditório e a ampla defesa. Em termos acadêmicos,

Kafka simboliza a importância do devido processo legal para que a ação do sujeito não seja apenas teórica, mas concreta. A literatura, portanto, funciona como recurso pedagógico e crítico, ilustrando como a ausência de garantias transforma o direito em instrumento de dominação. Esse paralelo entre literatura e teoria jurídica reforça a necessidade de estudar não apenas as normas, mas também sua aplicação e eficácia na proteção dos direitos do indivíduo.

Conclusão

A obra de Kafka evidencia que o direito, quando dissociado da efetividade e da transparência, perde sua função protetiva. A correlação entre "O Processo" e o tema "Ação e Direito" reforça a centralidade do devido processo legal e da publicidade, essenciais para que a ação do sujeito seja efetiva e para a preservação da justiça.

Referências

- KAFKA, Franz. O Processo. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. Brasília: Editora UnB, 1999.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. A Reforma do Código de Processo Civil. São Paulo: Malheiros, 2010.
- MENDES, Gilmar; COELHO, Inocêncio; BRANCO, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2019.